

COLONIALIDADE DO SABER E PESQUISA SITUADA: UM DIÁLOGO METODOLÓGICO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA FEMINISTA-INTERSECCIONAL

Rafaela Soares Villar¹
Sthefany Lacerda da Silva²
Camila Peixoto Farias³

Resumo

O presente artigo surge como uma possibilidade de diálogo entre o conceito de colonialidade do saber e a proposta metodológica de pesquisa situada. Para isso, trazemos para o horizonte de reflexão uma experiência de pesquisa localizada no grupo *Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 contada por mulheres*, além de pressupostos teóricos trabalhados por autores e autoras como Haraway, Quijano, Favero, Collins e Grosfoguel. Procuramos apontar, por meio de um diálogo reflexivo, para a indissociabilidade do sujeito que pesquisa de sua produção, bem como algumas pistas para a realização da pesquisa na perspectiva situada. Além disso, ressaltamos a importância de trazer para a discussão acadêmica o tensionamento dos pressupostos universais de imparcialidade e neutralidade, os quais compõem grande parte das pesquisas hegemônicas em psicologia.

Palavras-chave: Metodologia; Pesquisa situada; Interseccionalidade; Colonialidade; Feminismo.

Abstract

This article presents a potential dialogue between the concept of the colonality of knowledge and the methodological proposal of situated research. To this end, we bring to the horizon of reflection a research experience located within the group "Now It's Their Time: The COVID-19 Pandemic as Told by Women," as well as theoretical assumptions developed by authors such as Haraway, Quijano, Favero, Collins, and Grosfoguel. Through reflective dialogue, we seek to highlight the inseparability of the research subject from their production, as well as some clues for conducting research from a situated perspective. Furthermore, we emphasize the importance of bringing into academic discussion the tensions surrounding the universal assumptions of impartiality and neutrality, which inform much of hegemonic research in psychology.

Keywords: Methodology; Situated Research; Intersectionality; Coloniality; Feminism.

Resumen

Este artículo surge como una posibilidad de diálogo entre el concepto de colonialidad del saber y la metodología de la investigación situada. Para ello, traemos al horizonte de reflexión una experiencia de investigación del grupo "*Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 contada por mulheres*", además de supuestos teóricos trabajados por autores como Haraway, Quijano, Favero, Collins y Grosfoguel. Buscamos señalar, a través de un diálogo reflexivo, la inseparabilidad del sujeto de investigación de su producción, así como algunas pistas para realizar la investigación desde una perspectiva situada. Además, destacamos la importancia de traer a la discusión académica la tensión de los supuestos universales de imparcialidad y neutralidad, que conforman gran parte de la investigación hegemónica en psicología.

Palabras clave: Metodología; Investigación situada; Interseccionalidad; Colonialidad; Feminismo.

¹ Psicóloga clínica. Mestranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPEL). rafaelasoesvillar@gmail.com.

² Psicóloga clínica. Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). sthefanylacc@gmail.com

³ Mestre e Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGTP/UFRJ). Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Núcleo de estudos e pesquisa em Psicanálise - Pulsional. pfcamila@hotmail.com

Introdução

O presente texto propõe uma discussão metodológica e epistemológica, tendo como pano de fundo uma pesquisa já em desenvolvimento. A pesquisa em questão vem sendo desenvolvida pelo grupo *Agora é que são elas*, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o qual tem suas discussões pautadas nas temáticas do feminismo, a partir de uma perspectiva interseccional. O grupo emerge em 2020, juntamente com a pesquisa intitulada *Agora é que são elas: A pandemia de COVID-19 contada por mulheres*, a qual conta com o diálogo entre três laboratórios de pesquisa em psicologia: Pulsional - Núcleo de estudos em psicanálise (Universidade Federal de Pelotas – UFPel), Marginália - Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Epoché - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Fenomenologia e Psicologia Existencial (UFPel).

Tal pesquisa, que contou, também, com ações de ensino e extensão, visa a construção de diálogos teórico-metodológicos, com vistas a investigar as reverberações psíquicas da pandemia de covid-19 nas experiências de mulheres brasileiras. Para isso, considerando o contexto pandêmico em que a pesquisa foi desenvolvida, houve a construção e divulgação de um questionário online. Essa ferramenta, apesar de ser amplamente utilizada, apresentou-se enquanto um desafio, sobretudo ao considerarmos a complexidade das experiências a serem investigadas - as quais, ainda que marcadas pelo coletivo, possuem um caráter singular irreduzível.

Nesse sentido, o desenvolvimento do questionário se deu de forma cuidadosa - desde os folders de divulgação virtual até a construção das perguntas -, às vistas de contemplar aspectos mensuráveis, como dados sociodemográficos, mas, também, relatos abertos de experiência, compondo um espaço em que as mulheres pudessem elaborar narrativas sobre o momento complexo que estavam enfrentando. Então, após longo período de construção, contando com 32 perguntas, entre objetivas e discursivas, o questionário foi divulgado ao longo do período entre 24 de maio de 2020 e 7 de junho do mesmo ano, tendo seu tempo de divulgação reduzido, devido ao alto número de respostas totais (5.874). O alto número de respostas surpreendeu o grupo, que não imaginava tamanha adesão. Nitidamente, havia nas participantes uma necessidade intensa de encontrar espaços de narração, endereçamento e compartilhamento da sua experiência pandêmica.

As produções⁴ que se desdobram da pesquisa tem suas temáticas variáveis e múltiplas, a depender do interesse de cada pesquisadora/grupos de pesquisadoras e das diferentes narrativas encontradas nas respostas ao questionário. No entanto, há algo que perpassa todos os trabalhos e discussões produzidas até então: a metodologia de pesquisa situada. Ainda que cada grupo trabalhe a partir de algumas especificidades, a desafiadora pesquisa situada subsidia o trabalho de todas nós, bem como é, por diversas vezes, tema central de nossas reuniões de pesquisa.

O caráter desafiador conferido a este método muitas vezes se coloca, ao menos em parte, por consequência do movimento contra hegemônico que o mesmo carrega no campo universitário, o qual será explicado com mais detalhamento ao longo de nossa escrita. Este aspecto nos coloca diante do desejo (ou necessidade) de nos dedicarmos de forma mais adensada ao estudo e tentativa de compreensão deste método, bem como de sua divulgação. Nesse sentido, o presente artigo pretende ser, para além de uma produção acadêmica, uma tentativa de dar contorno às questões que nos tomam enquanto pesquisadoras; bem como uma forma de construir pistas que nos apontem para possibilidades de respostas.

Este modo de fazer pesquisa que abordamos aqui tem sido trabalhado dentro do nosso grupo e campos de conhecimento (Psicologia/Psicanálise/Educação) em interface com as teorias feministas e de gênero, estando presente nas discussões de autoras como Donna Haraway (2009) e Sofia Favero (2020). Ao debruçar-se sobre tais produções, percebeu-se uma articulação ainda pouco explorada entre essa proposta metodológica em pesquisa e as discussões que tangem à colonialidade do saber. De acordo com Quijano (2005), a colonialidade consiste na noção de que há um processo de valorização dos saberes eurocêntricos em detrimento da subalternização de outros saberes, o que provoca e institucionaliza a deslegitimação e desvalorização de outras epistemologias. Entendemos que essa desvalorização incide principalmente sobre as produções do sul global, em especial sobre aquelas que consideram, enquanto marcadores centrais de análise, questões de gênero, raça e sexualidade (Graf, 2012).

Em termos metodológicos, o presente texto consiste em uma discussão teórica e qualitativa. Assim, a metodologia adotada é a pesquisa situada, com ênfase em uma postura feminista interseccional e decolonial. Essa proposta de método, por sua vez, tem

⁴ Site do grupo de pesquisa, para maiores informações e acesso aos trabalhos produzidos até então: <https://wp.ufpel.edu.br/pandemiadecovid19contadapormulheres/>

como objetivo a construção de saberes parciais e subjetivados, distanciando-se, então, de pressupostos de neutralidade e universalidade, próprios das ciências cartesianas e positivistas (Haraway, 2009; Favero, 2020; Graf, 2012; Collins, 2017). Nesse sentido, nosso texto não pretende ter um tom manualístico, ou oferecer modelos *aplicáveis* e generalizáveis a outras pesquisas. Entendemos que essa forma de pesquisar envolve, precisamente, uma análise minuciosa, constante e inacabada das variáveis contextuais e das especificidades de cada pesquisadora no que tange aos múltiplos marcadores sociais que a atravessam. Trata-se de produzir, a partir de uma articulação entre as condições e contingências de cada pesquisa - de seu problema, situação, contexto - e do lugar social-singular de cada pesquisadora, um modo necessariamente singular de proceder, o qual não pode ser replicado.

Neste trabalho, propomos uma discussão sobre a metodologia de pesquisa situada, apontando para uma articulação - que, apostamos, pode ser muito profícua - com a perspectiva feminista decolonial. Para isso, partiremos de uma problematização acerca das formas de produzir conhecimento na universidade, bem como das estratégias metodológicas legadas de diferentes epistemologias. Em seguida, iremos contextualizar e abordar a metodologia de pesquisa situada, de modo a evidenciar suas principais características e sua potência política - levando-se em conta, sobretudo, o contexto hegemônico de produção epistemológica, marcadamente branco, cisheteronormativo e, se falarmos com Quijano (2005), colonial.

Colonialidade do saber, pressupostos de neutralidade e universalidade: uma breve articulação

Para iniciarmos a discussão acerca de algumas das possibilidades de fazer pesquisa na universidade, ou, mais especificamente, de estratégias metodológicas, pretendemos fazer uma breve reflexão acerca da construção de conhecimento neste espaço, dando ênfase à algumas das dinâmicas de poder envolvidas neste processo. Para isso, cabe pontuar que não temos como pretensão trazer para o texto uma revisão ampla sobre esta discussão, mas, sim, tensionar alguns pressupostos tidos como inerentes - por algumas perspectivas - ao fazer científico; como, por exemplo, os ideais de neutralidade, imparcialidade, replicabilidade, universalidade e racionalidade. Esses, por sua vez, apesar de serem considerados enquanto ideais da ciência de forma generalizada e universal, fazem parte de um escopo bastante específico, o qual, em sua grande maioria, está

alicerçado em uma ciência positivista, cartesiana e eurocêntrica (Haraway, 2009; Graf, 2012).

Ramón Grosfoguel (2016) discute longamente, de um ponto de vista histórico-crítico, o quanto essa estrutura epistemológica eurocêntrica pode ser relacionada - e situada, se falarmos com Haraway (2009) -, a diferentes processos de domínio colonial. O autor rastreia e traça uma articulação entre quatro genocídios historicamente documentados e a emergência das bases epistemológicas ocidentais. A matriz de pensamento que funda o cânone das universidades ocidentalizadas estaria marcada, desde a sua origem, por uma lógica colonial, em que, a partir de um processo de dominação epistêmica, determinados saberes foram, tal qual seus povos, violentamente solapados. Assim, o autor denuncia o quanto o privilégio epistêmico da ciência positivista, pretensamente universal e neutra, tem como correlato a inferioridade epistêmica de outras formas de fazer ciência. Essa dinâmica de dominação seria atravessada pelo racismo e pelo sexismo epistêmico, fenômenos que constituem as bases dos processos de colonização. “Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo”, questiona Grosfoguel, “estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?” (2016, p. 27).

Nos parece fundamental conceber - e denunciar - a artificialidade dessa pretensa universalidade, apontando para o quanto toda produção de conhecimento é, em última medida, situada e localizada (Haraway, 2009), ainda que tente camuflar-se de universal. Somado a esse movimento de questionamento, um outro também nos parece fundamental: o de fazer uma aposta em outras formas de produzir ciência, abrindo espaço em nossas trajetórias de pesquisa para essa experimentação. Apostar em formas de pesquisa que se ancorem em bases epistemológicas assumidamente parciais e politicamente localizadas constitui, por si só, uma alternativa ao cânone epistemológico eurocêntrico. Uma alternativa que, apesar da sua (por causa da sua?) parcialidade inerente, ao menos não guarda uma relação constitutiva com genocídios e epistemicídios.

Para Quijano (2005), mesmo com o “fim” dos processos de colonização - marcados por uma lógica de domínio, subalternização e violência - a lógica colonial persiste, reatualizando-se, cotidianamente, sob a forma da colonialidade. Por colonialidade entende-se as repercussões vivas do período colonial, as quais são mantidas e reencenadas no contemporâneo, operando nos mais diversos espaços, estando articuladas aos pressupostos moderno e capitalista (Quijano, 2005). Ou seja, enquanto a

colonização diz respeito a um período delimitado, a colonialidade se expande no tempo, fazendo referência às dinâmicas que se desdobram dos processos de colonização (Ocaña, López, Conedo, 2018; Silva, Baltar, Lourenço, 2018).

Isso posto, apontamos que, ao longo da discussão aqui presente, iremos trabalhar a partir da perspectiva decolonial, sobretudo no que tange aos processos de produção de conhecimento. Em linhas gerais, tal perspectiva tem como ponto nodal de seus desdobramentos a noção de que há, em curso, um regime de poder pautado na colonialidade, a qual se precisa fazer frente nas produções acadêmicas. Nesse sentido, torna-se preciso, desde uma prática acadêmica decolonial, abrir-se à uma pluralidade de pensamentos, os quais muitas vezes estão colocados à margem (Mignolo, 2007). Deslocar, portanto, as referências e reflexões do centro para a margem, ou, como nos parece ainda mais importante, fazer o movimento de deslocar o centro da lógica moderna, capitalista e colonialista para a diversidade teórica e de experiências, comumente situadas à margem.

Na mesma esteira, em seu “Teoria feminista: da margem ao centro”, bell hooks argumenta que o legado colonial do pensamento ocidental está nas bases de todas as formas de opressão, destacando que a discussão do racismo constitui uma questão feminista fundamental, na qual a maioria das feministas brancas não tem se implicado (hooks, 2019). hooks problematiza que uma teoria feminista que se pretenda universal - a qual a autora associa o movimento de libertação das mulheres - aponta para uma teoria, na verdade, pautada por mulheres brancas burguesas, que obtém uma série de privilégios decorrentes da dominação racial. Como consequência disso, suas pautas tendem a atender seus próprios interesses individuais, “a expensa das mulheres pobres e trabalhadoras, boa parte delas negras” (hooks, 2019, p. 90). Para a autora, a compreensão, a discussão e a assimilação das experiências daquelas que estão à margem constitui condição de possibilidade para a criação de uma ideologia feminista, de fato, revolucionária. Tais visões de mundo - plurais, multifacetadas, interseccionais - precisam participar do movimento feminista, como líderes e proponentes teóricas, o que aponta para a importância política dessa discussão no âmbito da produção de conhecimento - a qual dialoga bastante, nos parece, com a postura decolonial.

Alguns autores e autoras nos ajudam a refletir sobre estes modos de subjetivação, organização social do saber e produção de conhecimento, pautados na dinâmica do colonialismo. Assim, um dos pontos centrais nesta discussão são as noções de

colonialidade do saber e do poder pois ambas, na medida em que versam sobre epistemologias e modos de construção de conhecimento, parecem estar intimamente relacionadas ao fazer científico e os métodos utilizados para tal - temáticas centrais do presente trabalho.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) nos ajuda a refletir quando traz para a discussão a ideia de que está infiltrado no imaginário social que o colonizador detém a forma mais válida de ser, saber e sentir, ou seja, o colonizador detém o monopólio sobre a educação, a civilidade e as ferramentas para construção de conhecimento. Esses aspectos são trabalhados pelo autor enquanto colonialidade do poder (Quijano, 2005). Constrói-se, então, um processo epistemológico subalternizante, onde a cultura e os conhecimentos dos povos, sobretudo não europeus ou estadunidenses, para além de invisibilizados, são colocadas em um lugar de *outro*, em uma posição hierárquica inferior em relação aos saberes eurocêtricos (Ocaña, López, Conedo, 2018; Walsh, 2017).

Nesse mesmo caminho argumentativo, a capilaridade do pensamento colonial estaria, também, emaranhada nos regulamentos e validações dos modelos de produção do conhecimento. Desse modo, uma das facetas dos processos de colonialidade seria, propriamente, a colonialidade do saber, na qual os modelos eurocêtricos são tidos como os únicos capazes de produzir uma verdade universal. Portanto a colonialidade, enquanto dinâmica social e de poder, quando transmutada para o campo do saber, garante a constância da tentativa de perpetuação da hegemonia eurocêntrica (Silva, Baltar, Lourenço, 2018). Diante desta perspectiva, outros modos de conhecer e produzir são considerados menos científicos e, frequentemente, ligados ao místico e ao arcaico; sendo, deste modo, desconsiderados em sua importância (Grosfoguel, 2007).

Nesse sentido, constrói-se a ideia de um pensamento universal, o qual se refere aos saberes eurocêtricos e, também, masculinos, brancos e cisheteronormativos. Tal dinâmica é nomeada por alguns autores e autoras enquanto violência epistêmica, na medida em que engendra uma lógica de sobreposição de visões de mundo; aniquilando, por vezes, o espaço e o reconhecimento de saberes não hegemônicos, ou seja, apesar de não os impedir de (re)existir, nega a sua existência (Silva, Baltar, Lourenço, 2018).

No entanto, no que se refere à produção acadêmica feita na universidade, é possível observar nitidamente este movimento descrito até então. A título de exemplo, podemos pensar nos questionamentos que são frequentemente endereçados às pesquisadoras que adotam metodologias e posturas em suas pesquisas que destoam dos

pressupostos de neutralidade e objetividade; como, por exemplo, trabalhar com narrativas de história de vida, com aspectos pessoais, entre outros modos de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a filósofa Donna Haraway (2009) nos ajuda a refletir sobre estes aspectos quando propõe que façamos uma reflexão sobre as produções acadêmicas/científicas de forma mais ampla. Nos questionando, a partir disso, a quem é permitido não ter um corpo na universidade, ou seja, falar a partir de uma suposta neutralidade, de uma pesquisa não corporificada. A autora nos coloca diante de uma questão fundamental, relativizando a ideia de que existiria uma neutralidade propriamente dita, o que parece haver, desde esse ponto de vista, é uma autorização para a leitura do hegemônico enquanto neutro e universal.

Ainda sobre estes pontos, pensamos que com a provocação da autora, sobre quais corpos/subjetividades podem ser considerados neutros e não situados, possa ficar nítida a articulação ao que fora anteriormente apontado acerca da colonialidade do saber. Pois quando nos referimos aos sujeitos aos quais são conferidos os pressupostos de neutralidade e cientificidade, referimo-nos aos mesmos sujeitos do colonialismo, ou seja, prioritariamente brancos, cis-hetero, masculino e europeu/estadunidense.

Assim, podemos pensar que uma resposta possível para a filósofa - referente a pergunta de a quem é permitido não ter um corpo na universidade - seria a de que somente os corpos e pesquisas situados dentro da hegemonia eurocêntrica tem o privilégio de localizarem-se para além/aquém da sua situação (Graf, 2012). Nesse caminho, parece não haver, de fato, como desenvolver pesquisa a partir da neutralidade, mas, sim, dá-se o direito de pertencer ao lugar da neutralidade aos grupos hegemônicos, sobretudo de homens cis-gênero, heterossexuais, brancos e de classe alta (Haraway, 2009; Graf, 2012). Dessa forma, as pesquisas que corroboram com os pressupostos hegemônicos, os reproduzindo, e, também, os fortalecendo, nutrem-se e são nutridas pelos mecanismos subjacentes à colonialidade do saber. Isso ocorre na medida em que se mantém em um espaço privilegiado de divulgação e validação e, concomitantemente, mantém esse espaço vivo e atuante (Quijano, 2005; Silva, Baltar, Lourenço, 2018).

Essa discussão é empreendida pela feminista negra Patrícia Hill Collins (2017), que resgata a potência política do conceito de interseccionalidade, articulando-o à produção de conhecimento nas universidades. Trata-se de uma noção que emerge em meio à efervescência do movimento feminista negro das décadas de 1960 e 1970 e que,

na década de 1990, passa a ser assimilado pela academia - aspecto especialmente discutido por Collins, à medida que a autora critica a sua “tradução” ao ser “transposto” para o contexto acadêmico.

Em linhas gerais, a interseccionalidade consiste em uma ferramenta de análise da realidade social que considera que os sistemas de poder (de raça, classe, gênero e sexualidade) se relacionam de modo interseccional e interdependente. Na mesma esteira de Haraway (2009), Collins argumenta que “a construção de sistemas de poder produz diferentes lugares sociais para indivíduos e grupos dentro deles”, o que aponta para as especificidades da posição - da situação, por assim dizer - de cada sujeito na teia sócio-política, a depender da forma como os sistemas de opressão se interseccionam na sua experiência singular. Esse processo engendra o que Collins denomina de “inequidades sociais complexas”. A autora historiciza o conceito, apontando para as especificidades do cenário acadêmico contemporâneo, considerado por ela marcadamente neoliberal. Nesse sentido, propõe que os projetos epistemológicos do presente recuperem o ethos coletivo da justiça social, em cujo cerne emergiu, historicamente, a perspectiva interseccional - forjando o que a autora chama de projeto interseccional de conhecimento (Collins, 2017, p. 11).

Sendo assim, fazer pesquisa que assuma a não neutralidade e a implicação subjetiva, ou seja, uma *pesquisa situada* (Haraway, 2009), pode ser um exercício de rompimento com os padrões científicos tradicionais e coloniais, os quais são preponderantemente realizados a partir da ideia de objetividade e imparcialidade. Diferente dos modelos hegemônicos, a noção de pesquisa situada propõe que façamos uma ciência que assuma a corporalidade e os locais dos quais partimos enquanto pessoas que pesquisam; que se faça, então, uma pesquisa na fronteira entre o eu e o objeto a ser pesquisado, permitindo que estes se toquem sem encerrar-se em si mesmos (Favero, 2020). Sendo assim, se tem em vista que a construção do saber é localizada e parcial, na medida em que passa por nossos corpos e subjetividades e, então, é preciso estar atento ao contexto sócio-histórico cultural e subjetivo (Haraway, 2009).

Porém, enfatizamos que o caminho que vai de uma postura epistemológica contra-hegemônica à decolonialidade não está dado. Nos parece que situar-se, no sentido de assumir os marcadores sociais que nos atravessam como pesquisadoras, não necessariamente implica um exercício decolonial de produção de conhecimento. Pelo contrário: situar-se pode ser uma forma confortável de encerrar o assunto em um

ensimesmamento, como tão bem explicita Favero (2020), adotando, às avessas, uma postura que neutraliza os efeitos da implicação assumida, a qual beira à isenção e reproduz a colonialidade. Esse ensimesmamento estéril é uma armadilha complexa, sobretudo quando se está, enquanto pesquisadora, posicionada em um lugar social que conjuga privilégios de raça, classe e sexualidade. Nesse caso, o ato de assumir os marcadores sociais não raro implica um movimento de “mea culpa” e “absolvição” - lógica que aparece de modo nítido quando pesquisadoras/es brancas “se racializam” nas pesquisas; ou quando pessoas heterossexuais “saem do armário” como heterossexuais em suas produções acadêmicas. Mais do que assumi-los para “livrar-se deles”, trata-se de fazer os marcadores sociais trabalharem - e tal trabalho, longe de constituir um exercício estanque, permanecerá permanentemente inacabado e envolto em um constante trabalho subjetivo.

Esses tensionamentos em torno da possibilidade de construção de uma pesquisa assumidamente situada (Haraway, 2009), têm sido trabalhados pelo grupo de pesquisa *Agora É Que São Elas*. Tal noção tem sido considerada enquanto um método próprio de investigação. No entanto, para dar seguimento a reflexão proposta no presente texto, cabe ressaltar uma interessante diferenciação, colocada por Sandra Harding (1986), entre epistemologia, método e metodologia. Para Harding (1986), a epistemologia se refere a um desenvolvimento teórico e filosófico de quem, quais e como os saberes podem e devem ser legitimados enquanto produtores de verdades; o método, por sua vez, relaciona-se à forma com que os dados serão produzidos; já a metodologia refere-se a postura de quem pesquisa para realizar a análise dos dados, ou seja, de onde a pesquisadora parte e quais são os aspectos a serem considerados (Graf, 2012). À vista disso, pretendemos, no próximo tópico do texto, trabalhar - em diálogo com o até então abordado - a pesquisa situada enquanto uma possibilidade de exercício metodológico de rompimento dos padrões colonialistas e hegemônicos no fazer científico, tendo em vista uma possível articulação entre a decolonialidade e a metodologia situada.

Pistas para seguir caminhando: pesquisa situada e algumas propostas possíveis

O grupo de pesquisa *Agora é que são elas* já produziu trabalhos sobre a temática em questão⁵, nos quais indicamos nossos passos de pesquisa, apontamos para a necessidade de pensarmos - e assumirmos - nossas implicações com as temáticas e, também, trouxemos a ideia de que o rigor metodológico estaria justamente em assumir os atravessamentos subjetivos (Soares *et al.*, 2021). No entanto, ainda que tendo alguns pressupostos em vista, parece pouco nítido o que seria produzir uma ciência situada; permanece, ao menos em nós, o questionamento de como, afinal, se pesquisa com a subjetividade e corporalidade - aspectos tão criticados e subalternizados.

Sofia Favero (2020), psicóloga e ativista trans, e Eli Bartra (2012), filósofa mexicana, nos dão algumas pistas para pensarmos sobre isso que ainda nos inquieta: o questionamento de a partir de quais práticas, mais objetivamente, se dá a pesquisa situada (Favero, 2020) e atenta às questões do colonialismo e feministas (Bartra, 2012). Ambas as autoras trabalham com a ideia de que uma postura feminista, quando efetivamente contrahegemônica e pautada por pressupostos progressistas, traz para a pesquisa uma maior objetividade (Haraway, 2009) - aspecto tão requerido pelos pesquisadores das ditas “ciências duras”. As autoras apontam para essa questão ao trabalharem que, ao localizar o lugar de onde falamos, isto é, ao trazermos para a cena da pesquisa a evidência de nossa inevitável implicação política, estamos, em suma, sendo rigorosas e objetivas com o nosso fazer.

Nesse mesmo caminho, Sofia Favero nos coloca que para se situar na pesquisa é preciso além de se identificar enquanto sujeito que pesquisa; é necessário que se pesquise implicada com aquilo que se é, tendo consciência dos marcadores sociais e pessoais que estão presentes em nossas pesquisas e corpos. De modo que se faça trabalhar, a partir da análise das repercussões, o subjetivo e o teórico em nossa produção (Favero, 2020), tendo em vista que as implicações sociais e políticas de quem pesquisa estão imbricadas no modo com o qual as análises, perguntas e interesses de pesquisa serão delineados ou feitos (Graf, 2012).

Nos parece cabível, a título de exemplo do que estamos discutindo, trazer um episódio de nossa experiência de pesquisa. Esse ocorre quando, ao lançarmos as respostas das 5.874 mulheres em um dos programas escolhidos para auxiliar na elaboração inicial dos dados, somos surpreendidas pela seguinte situação: caso o número de respondentes

⁵ Para conhecer às produções do grupo, acessar a aba “produções” do site da pesquisa por meio do link <https://wp.ufpel.edu.br/pandemiadecovid19contadapormulheres/producoes/>

de determinada categoria do questionário (mulheres cis, trans, demitidas na pandemia, grau de escolarização, etc) não fosse considerado significativamente relevante para a construção dos dados, ou seja, tivesse uma minoria expressiva de respondentes em relação aos demais, não apareceria nos gráficos.

Nesse momento, estávamos diante de quase seis mil respostas, tendo 32 questões para cada uma, ou seja, não havia como não recorrer a programas digitais e recursos tecnológicos, os quais, por diversas vezes no campo de pesquisa, são considerados fidedignos devido ao seu caráter de neutralidade. No entanto, havia uma parcialidade explícita na produção de dados: categorias de respondentes minorizadas seriam excluídas de nossa análise caso seguissemos com o modelo até então adotado. Cabe ressaltar que as categorias com menos respostas coincidiam com as populações sistematicamente minorizadas, como as pessoas trans, no caso de nossa pesquisa. Situação que reflete, também, a divulgação e circulação do nosso material de coleta, o qual, naquele momento, precisou ser exclusivamente online e por meio de redes sociais, tendo sua capilaridade reduzida e diretamente relacionada ao círculo social das pesquisadoras, ainda que tenha havido uma grande adesão e expansão, que fica evidente com o número de respondentes.

Diante dessa situação, após debater longamente sobre a questão que nos interpelava - como não invisibilizar, uma vez mais, categorias já sistematicamente invisibilizadas? - decidimos nos debruçar justamente sobre os dados excluídos pela ferramenta de pesquisa. Iniciamos, então, o trabalho de esquematizar, manualmente, os dados eliminados dos gráficos e, então, evidenciá-los, bem como fazer o exercício de trazer tais narrativas para perto das nossas discussões e material de pesquisa. Ainda nesta perspectiva argumentativa, em diálogo com a autora Glória Anzaldúa (2000), pensamos que uma das possíveis formas de trabalhar com a não neutralidade passe pelo cuidado de não nos aprisionarmos em nossas subjetividades e identidades, ainda que estas apareçam. Nos parece necessário, portanto, colocar em perspectiva a subjetividade e a parcialidade como dados de análise, ou seja, não somente enquanto algo que se restringe a um marcador ou justificativa. Estes aspectos se apresentam enquanto um paradigma de trabalho pelo qual passará a produção de conhecimento; não estando, portanto, apenas em uma sessão estanque dos textos, mas, sim, perpassando todo o trabalho, sendo tomados como uma postura frente ao ato de pesquisar (Favero, 2020).

Em diálogo com a perspectiva de Sofia Favero a respeito do exercício de trabalhar a subjetividade para além de apenas situar o marcador de identidade, Joan Scott (2005)

aponta para a necessidade de uma atenção e manejo constante destes aspectos e suas implicações. A autora toma uma perspectiva paradoxal em relação às diferenças e igualdades, na medida em que pontua que mesmo dentro de aspectos que nos aproximam, como, por exemplo, mesmas identidades, há, para cada um e cada uma, algo de singular na forma de experienciar (Scott, 2005). Logo, parece ser preciso olhar para de que forma os marcadores sociais atravessam cada sujeito e, quando se trata de pessoas que pesquisam, cada produção científica. Nos parece, assim, um trabalho minucioso, o qual precisa ser feito e descrito detalhadamente, dependendo cuidado, tempo e disponibilidade - aspectos muitas vezes desafiadores diante do cenário neoliberal de pesquisa e temporalidade.

Para dar seguimento ao que está sendo apresentado, iremos trazer um exemplo ancorado em nossa experiência enquanto grupo de pesquisa. Não temos, porém, a intenção de nos colocar enquanto modelo ou exemplo único de como devem ou não ser operados os processos de pesquisa. Afinal, uma atitude prescritiva iria na contramão do que nos dispusemos a discutir. Estaríamos, assim, caindo na armadilha do universalismo a qual criticamos.

Cabe apontar para uma das temáticas que está sendo trabalhada por um dos subgrupos de pesquisadoras: as narrativas de mulheres do meio rural em tempos de pandemia de covid-19. Este recorte, por sua vez, está sendo construído a partir do conceito de imaginário social, onde quem pesquisa tece a discussão - juntamente com o campo teórico - a partir da colisão entre o que se pressupunha das respondentes e os dados e narrativas encontrados. Percebam: há, aqui, uma tentativa de tecer a discussão com rigorosidade teórica e exercitando a ideia de que precisamos, não apenas assumir o local do qual falamos, mas, sim, colocá-lo a trabalho, tecer a discussão e construir teoria a partir de suas implicações e repercussões (Favero, 2020).

Sendo assim, na referida pesquisa, as alunas e professoras as quais desenvolvem o recorte em questão, partem, cada uma a sua maneira, de lugares subjetivos, os quais incluem as próprias vivências e experiências de terem crescido no meio rural, bem como marcadores de raça e orientação sexual, ou, também, o distanciamento da temática e aproximação de um imaginário social intimamente articulado às perspectivas hegemônicas. Neste caso, se percebeu, a partir da discussão empreendida, que o imaginário social - que pensava as mulheres da zona rural mais alheias à lógica de produtividade capitalista e dinâmicas de temporalidade mais aceleradas - parece se

distanciar do que foi relatado pelas mulheres que responderam o questionário - respostas muito semelhantes a das mulheres que não estavam na zona rural (Macedo *et al.*, 2022). Cabe ressaltar que esta é uma perspectiva parcial, não replicável ou universalizante; portanto, o grupo não pretende construir uma verdade única sobre as mulheres do meio rural, tampouco sobre o imaginário social acerca deste território, mas, sim, suscitar reflexões (Haraway, 2009; Macedo *et al.*, 2022).

Isso posto, nos importa frisar que o trabalho com os dados se deu mediante o contato subjetivado das pesquisadoras com esse material. Essa postura permitiu que a relação com estes fosse marcada, desde o princípio, por uma complexificação. Assim, partindo da possibilidade de construção de um olhar multifacetado para a temática da pesquisa - olhar que implica diferentes corpos e as experiências singulares-sociais que os atravessam - passou-se a tecer diálogos com o referencial teórico. Nesse sentido, ao fazer trabalhar as questões subjetivas - ancoradas em lógicas sociais - se tornou possível tecer uma análise interessante dos dados, na medida em que se construiu um viés na intenção de complexificar e densificar a discussão acerca da temática.

No entanto, parece possível, a partir deste exemplo, ilustrar, ainda que de forma breve, o que vínhamos descrevendo sobre a necessidade de fazer com que os marcadores sociais e subjetivos das pesquisadoras apareçam na análise e construção teórica. Podemos pensar, neste caso, que houve um entendimento de que o olhar de quem pesquisa transforma o exercício de pesquisar. Favero (2020) disserta sobre este aspecto quando pontua: “[...] não pesquiso transexualidade porque sou trans. Mas a forma que pesquiso transexualidade, sendo trans, produz resultados bastante característicos [...]” (p. 6). No caso do trabalho que estamos trazendo aqui, podemos dizer que a forma com que as pesquisadoras encaram a temática do meio rural, por ter recebido um olhar atento, foi instrumento crucial de análise; evitando, por exemplo, que houvesse uma tentativa de neutralizar o olhar, podendo gerar reverberações no trabalho com os dados, ainda que isso não fosse percebido.

Algumas reflexões finais

Tendo em vista as questões trabalhadas no presente texto, parece ser nítida a importância de que se faça o movimento de tensionar os pressupostos universais de imparcialidade e neutralidade, os quais compõem grande parte das pesquisas, conferindo

às produções acadêmicas o selo da cientificidade. Ao longo do artigo, apontamos para a constatação de que, mesmo que a parcialidade da pesquisadora não seja admitida, esta estará, inevitavelmente, presente no processo de pesquisa, dado que consiste em um aspecto inerente à qualquer produção científica. Assume-se que toda produção de conhecimento parte de um olhar situado e corporificado que, ao se pretender universal, coaduna com a reencenação, no âmbito da colonialidade do saber, de lógicas coloniais.

Durante a discussão, trouxemos aspectos próprios da produção desenvolvida pelo grupo por entendermos que os mesmos podem auxiliar a desvelar isto que chamamos de pesquisa situada, ainda que não tenhamos a pretensão de desenvolver um modelo único e replicável para a metodologia com a qual trabalhamos. Realizamos este movimento a fim de podermos alargar os espaços de discussão desta possibilidade de exercício metodológico de pesquisa, o qual pode se situar, dentro do nosso entendimento, em um espaço não apenas contra hegemônico, mas decolonial.

Além disso, buscamos frisar que o conhecimento é produzido mediante o estabelecimento de uma relação entre dois sujeitos - relação que, por si só, borra a artificialidade das fronteiras entre um e outro. Para além disso, a perspectiva decolonial de produção de conhecimento questiona o domínio do saber dito científico, situado ao lado do pesquisador, em relação ao saber não-científico, situado, por sua vez, ao lado do sujeito pesquisado - saber em vias de, a partir da sua captura e da sua higienização, *ser tornado científico*.

Outro aspecto trazido na discussão diz respeito ao seguinte: podemos pensar, acompanhadas das teóricas que trouxemos, que não se pesquisa, necessariamente, por algo identitário, mas que nossos marcadores sociais e subjetivos estão implicados e influenciam nas análises e construções do saber. Ou seja: o subjetivo anda junto, de modo inevitável, com os sujeitos que pesquisam, apesar de não se produzir conhecimento, essencialmente e necessariamente, a partir dessa dimensão.

Nesse sentido, cabe ressaltar que não temos a pretensão de apresentar a pesquisa situada enquanto a única postura metodológica possível e ética. Diferentemente da ciência positivista e cartesiana, não objetivamos trazer uma resposta única, tampouco pretendemos solucionar as questões abordadas. Estamos atentas ao fato de que existem especificidades em cada campo e área de pesquisa, mas pensamos ser possível, a partir das reflexões trazidas, levantar alguns questionamentos e tensionar pressupostos epistemológicos e metodológicos tidos, muitas vezes, como inquestionáveis. Além disso,



parece possível pensar nos aspectos trazidos nos termos da construção de uma postura metodológica, a qual pode dialogar com os mais diversos métodos de pesquisa.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: Uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revistas de estudos feministas**. V. 8, n. 1, 2000.

BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. *In*: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; Maribel Ríos, EVERARDO. (coord.). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias Facultad de Psicología, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v.5, n.1, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>.

FAVERO, Sofia. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-16, set. 2020.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología Feminista: Temas Centrales *In*: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; Maribel Ríos, EVERARDO. (coord.). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias Facultad de Psicología, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Ciencia e cultura**. São Paulo. V. 59, Nº.2, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado** [online]. 2016, v. 31, n. 1, pp. 25-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/abstract/?lang=pt>

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009.

HOOKS, B. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MACEDO, Gabriele Damasceno et al. Meio rural sob a perspectiva de gênero: Narrativas de mulheres no período da pandemia de covid-19. SEMANA INTEGRADA



DE INOVAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2022, Pelotas. **Anais do Congresso de Iniciação Científica**. Pelotas: UFPel, 2022.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: despredimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidade Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, p. 25-47, 2007.

OCAÑA, Alexander Ortiz; LÓPEZ, María Isabel Arias; CONEDO, Zaira Esther Pedrozo. **Decolonialidad de la educación**: emergencia urgencia de una pedagogía decolonial. 1a. ed. – Santa Marta : Universidad del Magdalena, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 11, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000100002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SILVA, F. P. da; BALTAR, P.; LOURENÇO, B. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>. Acesso em: 12 de dez. 2023.

SOARES, Helen Carvalho Gomes. *et al.* Metodologias de pesquisa: Uma reflexão a partir da pesquisa Agora é que são elas. In: SEMANA INTEGRADA DE INOVAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 8, 2021, Pelotas. **Anais do Congresso de Iniciação Científica**. Pelotas: UFPel, 2021. [online]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pandemiadecovid19contadapormulheres/files/2024/04/resumo-metodologia-cic.pdf> Acesso em: 12 fe. 2024.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Quito: Abya-Yala. 2017.